

Setembro 2005

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Dw

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Mercado Informal e Microfinanças](#)
3. [Governança e Descentralização](#)
4. [Eleições e Educação Cívica](#)
5. [Educação, Juventude e Criança](#)
6. [Terra, Habitação e Urbanização](#)
7. [Serviços Básicos](#)
8. [Paz e Reconciliação](#)

As fontes monitoradas são:

- **Jornais:** Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.

- **Websites:** Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Genérico

Redação Waldney Oliveira

Conselho de Edição e Revisão:

Allan Cain, Fabrice Beutler,
Beat Weber, Pacheco Ilinga,
Katuzolo Paulina, Gelson Gaspar,
Azancoth, Massomba Dominique

Editado por:

Development Workshop-Angola

Endereço:

Rua Rei Katyavala 113,
C.P. 3360, Luanda - Angola

Telefone:

+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email:

cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de:

LUPP (Programa de Redução
a Pobreza Urbana de Luanda),
DFID e Embaixada da Noruega

INDICE

1 Redução da Pobreza e Economia	1
1.1 HCR promove micro creditio.....	1
1.2 IDF no combate à fome e ao alívio da pobreza	1
1.3 Descentralização do poder ajudará a combater a pobreza.....	2
1.4 Petróleo rende mais de USD 14 bilhões este ano	2
1.5 Angola importa 60% do petróleo que consome.....	3
1.6 Organização não governamental Angolana realiza feira de micro-empresas.....	3
2 GOVERNAÇÃO E ELEIÇÕES	4
2.1 Presidente do Movimento Pro Pace quer "Eleições Livres e Justas"	4
2.2 CNE vai recalendarizar processo de recenseamento eleitoral.....	4
2.3 Comissão Eleitoral já trabalha	5
2.4 Sete milhões de eleitores deverão votar nas próximas eleições.....	5
2.5 Na senda das eleições	6
2.6 PR inicia ronda de contactos com líderes de partidos políticos.....	7
2.7 Presidente do parlamento critica indiferença internacional aos problemas de Angola.....	7
3 EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E CRIANÇA	8
3.1 Altos preços nas creches preocupam encarregados	8
3.2 Creches ilegais aos magotes em Luanda.....	9
3.3 Direção de Luanda pode encerrar colégios	9
3.4 Há cada vez mais menores a morrerem por ingerir bebidas alcoólica	10
3.5 «Angola corre o risco de perder uma geração de crianças».....	11
3.6 38 mil angolanos saem do analfabetismo.....	12
4 TERRA, URBANIZAÇÃO E HABITAÇÃO.	12
4.1 Disputa de terra faz um morto em Ndalatando	12
4.2 A nova guerra dos soldados angolanos	13
4.3 Os militares que ocupam terrenos sabem o que lhes aguarda.....	14
4.4 Renovar Luanda: Projecto vai absorver 1,7 bilião de euros.....	15
5 SERVIÇOS BASICOS	15
5.1 Lixo da Eisal aflige cidadão	15
5.2 Implicações do lixo.....	16
5.3 Benguela: Reabilitação da estrada até Lobito envolve USD 24,2 milhões	16
6 PAZ E CIDADANIA	17
6.1 Angolana anuncia oficialmente a sua Candidatura ao Prémio Nobel da Paz	17
6.2 Depois da Keniana Wangari Maathai, a angolana Eunice Inácio pode ser a próxima galardoada com o Nobel da Paz	17
6.3 Candidata ao Nobel quer dignificar o país.....	18
6.5 CPLP uniformiza registo de nascimento	20
6.6 Corporação prossegue desarmamento civil no Huambo	20
6.7 Técnicos do MINARS e ACNUR preparam programa no Zaire.....	20
7 CARTOON	21
2 Mercado Informal e Microfinanças	22
2.1 Título do Artigo (não em letros maiusculos).....	22
2.2 Título do Artigo (não em letros maiusculos).....	22
3 Governação e Descentra-lização	23
3.1 Título do Artigo (não em letros maiusculos).....	23
4 Eleições e Educação Cívica	24
4.1 Título do Artigo (não em letros maiusculos).....	24
5 Educação, Juventude e Criança	25

5.1 Título do Artigo (não em letros maiusculos).....	25
6 Terra, Habitação e Urbanização	26
6.1 Título do Artigo (não em letros maiusculos).....	26
7 Serviços Básicos	27
7.1 Título do Artigo (não em letros maiusculos).....	27
8 Paz e Reconciliação	28
8.1 Título do Artigo (não em letros maiusculos).....	28

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1 HCR promove micro credito

Folha8...03-09-05

Cento e cinquenta e três mil e 500 dólares serão empregues pelo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (HCR) em parceria com a organização não governamental canadiana Development Workshop (DW) num programa de micro-crédito que, estima-se, beneficiará cerca de 14 mil refugiados dos países vizinhos em Angola.

O programa inicia no Município de Viana, em Luanda, onde se encontram mais de 4 mil refugiados, grande parte deles da vizinha República do Congo Democrático. A escolha de iniciar o programa em Viana deveu-se ao facto de naquela localidade existir o maior número de refugiados no território nacional. O programa irá se estender à Província do Bengo, sendo a localidade do Sungue onde vivem cerca de 200 refugiados a primeira a beneficiar do programa na província do jacaré bangão, segundo Maria Benevides do HCR que adiantou ser objectivo "minimizar a pobreza no seio dessas famílias".

Na primeira fase serão disponibilizados cerca de 68.265 dólares, enquanto que os candidatos aos créditos deverão estar agrupados em número de seis a oito pessoas e criar um projecto que será feito com a ajuda da DW e de uma outra ONG angolana, no caso o Núcleo Nacional de

Recolha e Pesquisa da Literatura Oral. Cada grupo poderá receber entre USD 100 e 150 e os potenciais beneficiários são pessoas que já vivem em Angola há muitos anos e que precisam de oportunidades para se desenvolver, porquanto muitas dessas pessoas já realizam pequenos negócios e com um apoio poderão facilmente integrar-se na sociedade angolana que "é um dos grandes objectivos do programa".(...)

Cada grupo deverá pagar 10 % do valor total do empréstimo e terá seis meses para reembolsar o empréstimo.

1.2 IDF no combate à fome e ao alívio da pobreza

Cruzeiro de sul...03-09-05

Mais do que meras consultas regionais para formulação

participativa de uma política nacional e legislação sobre florestas, fauna selvagem e áreas protegidas, os encontros promovidos pelo IDF pretendem demonstrar que Angola não deve estar "amarrada" aos benefícios que advêm do sector petrolífero, por um lado, e incluir outros sectores na cada vez mais relevante cruzada contra fome, por outro. Nesta ordem de idéias, o pelouro liderado pelo Engenheiro Tomás Pedro Caetano tem em carteira um projeto avaliado em 597 mil dólares norte-americanos, cujos resultados deverão ser visíveis dentro de dois anos.

Para um país com atenções voltadas para o combate à fome, por força de um considerável número de pessoas carentes, infra-estruturas sociais e econômicas por reabilitar e tantos outros desafios, como é o caso de Angola, não restam dúvidas de que se impõe o aproveitamento dos seus quase que esquecidos recursos florestais. Os números justificam o acima referido. E que oitenta por cento da população angolana (estimada em 14 milhões de habitantes) vive no meio rural, sendo que a esmagadora maioria tem como meio para a sua sobrevivência aquilo que as florestas proporcionam. Imbuído neste espírito, o ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (MINADER), através do Instituto de Desenvolvimento Florestal, procura actualmente enriquecer um projecto traçado em maio do ano em curso que visa definir, em primeira instância, uma política nacional sobre florestas, fauna selvagem e áreas protegidas, ao que se faunístico e áreas protegidas na estratégia de combate à fome e alívio da pobreza, tendo em conta o potencial do país, embora não existam dados concretos sobre a realidade actual, devido ao clima de instabilidade vivido nos últimos anos. "Estes recursos geram bilhões de dólares, as receitas podem até suplantam os ganhos obtidos pelo sector petrolífero. Além disto, eles podem representar uma mais valia na avaliação do produto interno bruto", observou o gestor, sob olhar algo duvidoso dos participantes ao II workshop regional sobre a matéria. Tomás Pedro Caetano, que participou dos debates que culminaram com a aprovação da estratégia de combate à fome, atestou que os recursos em causa propiciam benefícios nas vertentes ambiental, econômica, social e cultural, bastando que para tal sejam protegidos, algo que em Angola não se verifica com o rigor necessário. Quanto ao projecto, que pretende exactamente colmatar estas lacunas, o DG do Instituto de Desenvolvimento Florestal explicou que esta constitui a segunda das seis fases nela inscritas, seguindo-se depois a preparação de "rascunhos" que contém o essencial daquilo que serão a política e a lei que se espera, ir a ser aprovada pelas autoridades competentes.

"O que se pretende é uma lei na qual todos se revejam, que sirva os interesses do país e não de um grupo

restrito de personalidades, por isso trabalhemos para o alcance das metas preconizadas", apelou.

O quadro é preocupante: caça furtiva, florestas dizimadas e caça nos parques nacionais.

Contrariamente ao que se possa imaginar, os recursos sustentáveis que Angola possui são a fauna e a flora. Esta ideia foi reforçada por Filomena Madeira, consultora para área de comunicação do projecto em referência, quando convidada pelo CS a descrever o quadro actual da fauna, flora e áreas protegidas do país. "O petróleo e os diamantes não são os recursos sustentáveis", sublinhou a consultora, para mais adiante recordar que "a fauna e a flora podem ser exploradas de forma contínua". FM lamentou o facto de Angola estar hoje a ver dizimadas as suas florestas, razão pela qual caracterizou de preocupante o quadro actual. "Cortamos mais árvores do que o ideal, inclusive em zonas protegidas, produz-se anarquicamente o carvão e a prática da caça nos parques nacionais ganha contornos alarmantes", denunciou.

Lembrou que em Benguela existia até reserva de búfalos, uma espécie nunca antes vista por muitos cidadãos, para ilustrar que se impõe, na verdade, uma política e regras para um país com mais árvores, melhor ambiente e uma fauna propícia à sobrevivência humana. Perante esta realidade, a nossa interlocutora não teve dúvidas em afirmar que Angola se encontra numa situação cada vez mais perigosa no que diz respeito a estes dois importantíssimos recursos. Considerou normal pensar-se que o país tem inúmeros recursos, fundamentalmente no seio dos menos atentos, mas notou que "em todos os municípios e comunas estes recursos estão a ser dizimados de forma desordenada e não sustentável".

1.3 Descentralização do poder ajudará a combater a pobreza

Fonte: Angop 19-0-05

O vice-ministro da Administração do Território, Luís de Assunção da Mota Liz, considerou hoje, em Luanda, a descentralização e reforço da capacidade do poder local como armas fundamentais para o combate à pobreza.

Mota Liz fez este pronunciamento na abertura do primeiro curso sobre «Planeamento em Gestão Local», dirigido a quadros dos governos provinciais e administrações municipais, no quadro do projecto de descentralização e governação local. Considerou que a descentralização visa aproximar os governantes à população e, para tal, é preciso que cada localidade explore todas as suas potencialidades e não dependa

exclusivamente do governo central.

«Não podemos encarar a sociedade civil distante, mas sim como um parceiro», disse.

O principal objectivo dos organizadores, segundo Mota Liz, é que no final do curso os 30 formandos sejam capazes de criar projectos destinados a desenvolver o país. «Este é um pequeno passo para uma tarefa gigantesca», considerou. Já o representante residente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Pierre Francois Pirlot, disse que a formação representa uma contribuição deste organismo na criação de capacidades individuais a nível dos governos locais. Segundo salientou, os indicadores relativos aos recursos humanos dos governos provinciais e das administrações municipais demonstram que estas instituições não estão capacitadas para responder, com eficácia, a crescente demanda da população e os desafios do futuro no quadro da descentralização.

«Os municípios não dispõem de quadros qualificados suficientes para assumirem as atribuições que lhes são inerentes nesta tarefa e a reversão desta situação é um desafio fundamental estratégico», ressaltou. O primeiro curso sobre «Planeamento em Gestão Local» decorre no Instituto de Formação da Administração Local (IFAL) e terá a duração de um ano. A acção realiza-se no âmbito do projecto de descentralização e governação local do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em parceria com o Ministério da Administração do Território e Fundo de Apoio Social (FAS).

Com este curso pretende-se dotar os governos locais de recursos humanos qualificados para, no contexto de desconcentração e descentralização do poder, darem respostas, por um lado, às preocupações das comunidades e, por outro, implementarem as competências legalmente atribuídas a estas estruturas. A promoção da participação democrática e implementação da descentralização financeira através da experiência piloto de um fundo de desenvolvimento municipal são igualmente metas a atingir. Este projecto de formação, que se estenderá por três anos, destina-se a apoiar o Governo angolano na implementação de novos métodos de administração da coisa pública.

1.4 Petróleo rende mais de USD 14 bilhões este ano

Jornal de Angola... 02-09-05

A produção de petróleo vai atingir, até final do ano, os 435,2 milhões de barris arrecadando 14 bilhões 572 milhões e 500 mil dólares em receitas.

Segundo metas do Governo previstas no Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2005 revisto e aprovado pela Assembleia Nacional o preço médio de exportação do petróleo bruto está fixado em 33,50 dólares. Contrariamente ao OGE inicial o Governo previa uma produção de 441,4 milhões de barris/ano com um preço médio de exportação do petróleo bruto 26,50 dólar por barril.

Para o OGE revisto, a taxa real de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) está fixada em 15,90 por cento contra os 16,10 por cento previsto no inicial. Sendo assim, o sector petrolífero vai contribuir com 20,60 por cento contra os 21,40 por cento previsto no orçamento revisto. O sector não petrolífero vai contribuir, no revisto, com 10,40 por cento, igual número no inicial. E o não petrolífero com 10,40 por cento. O OGE revisto para este ano, está avaliado em 1 trilhão, 121 biliões, 771 milhões, 426 mil e 919 kwanzas. E o Governo prevê uma taxa de inflação de 15 por cento e igual percentagem no orçamento inicial.

O saldo das contas do Governo na base de compromissos do PIB com doações no orçamento revisto será de -6,5 por cento contra o inicial que era de -8,5 por cento. Sem as doações fixar-se-á em -6,9 por cento contra o inicial que era de -8,9 por cento. O OGE 2005 revisto vai privilegiar os investimentos nas áreas sociais, com destaque para a saúde, bem como a reabilitação de infraestruturas económicas e produtivas na senda da reconstrução e desenvolvimento. Sendo assim, o sector social contará com 29,3 por cento do OGE contra os 23,0 do orçamento inicial tendo registado uma variação de 6,3 por cento. As áreas da saúde privilegiadas são as ligadas à assistência hospitalar ambulante e o Banco de Urgência com 2,60 por cento, medicamentos, protecção de equipamentos médicos e outros com 0,13 por cento, outros serviços de saúde com 1,75 por cento, saúde pública com 0,17 por cento, vigilância epidemiológica com 0,13 por cento.

Para o sector da administração vai beneficiar do OGE revisto 26,2 das despesas contra os 23,0 no inicial, tendo uma variação de 3,2 por cento. Segue-se o sector dos encargos financeiros com 21,3 por cento no revisto e no anterior 16,4 por cento, tendo uma variação de -4,8 por cento. O sector económico vai consumir 11,2 por cento, no revisto, e no inicial em 14,8 por cento com uma variação de -3,6 por cento. Por último vem a Defesa e Ordem Pública com 16,9 no revisto e 17,9 por cento no anterior com uma variação de -1,0 por cento.

1.5 Angola importa 60% do petróleo que consome

Angop-09-09-05

Para satisfazer a demanda diária de mais de um milhão de litros de petróleo (1200 metros cúbicos), Angola importa 60% do combustível que consome, revelou quinta-feira, em Luanda, a directora do projecto de introdução do combustível sem chumbo, Lucinda Guimarães.

De acordo com esta responsável, citada pelo «Jornal de Angola», a refinaria de Luanda tem apenas capacidade para produzir 600 mil litros por dia (600 metros cúbicos), factor que justifica o recurso ao combustível do exterior. Lucinda Guimarães explicou ainda que, dado que a produção da gasolina sem chumbo de 93 octanas não precisa de investimentos elevados, a refinaria de Luanda iniciará a sua produção a partir de Janeiro de 2006, indo ao encontro dos regulamentos da «Southern African Development Community» (SADC). Entretanto, até lá, Angola produz apenas o combustível sem chumbo com um índice de octano 91, ao qual será acrescido um aditivo, de forma a garantir a sua qualidade.

A SADC orienta ainda os países africanos, produtores de petróleo, para a padronização das características dos seus diversos derivados. Segundo declarou João Ramos, engenheiro da refinaria de Luanda, o gasóleo angolano é um dos melhores, pois possui um baixo teor de enxofre.

1.6 Organização não governamental Angolana realiza feira de micro-empresas

ANGOP...13-09-05

Uma Feira sobre micro e pequenas empresas será realizada em Luanda, de 14 a 17 de Setembro, numa promoção da organização não governamental Rede Angolana do Sector Micro-Empresarial (RASME), em colaboração com a Cooperação Francesa em Angola e o Programa de Luta contra a Pobreza (LUPP)

Em declarações à Angop, o coordenador executivo da RASME, Bay Kangudi, explicou que o objectivo da actividade é aumentar a visibilidade do pequeno empresariado envolvido na transformação e produção de bens e serviços no país. A organização não governamental angolana RASME é uma associação sem fins lucrativos que agrega 20 instituições envolvidas no sector micro-empresarial. De acordo com Bay Kangudi, participarão no certame apenas organizações filiadas na RASME e, durante o certame, serão expostos produtos agrícolas, artes e ofícios, entre outros. O programa de actividades reserva ainda um colóquio, durante o qual

serão debatidos temas como o "Registo das Pequenas Actividades Comerciais". "O Micro e Pequeno Empresariado e suas Implicações Econômicas" e "Parceria Micro e Pequeno Empresariado Angola-Namíbia". Essa segunda edição do certame contará com a presença de uma delegação namibiana. A primeira edição realizou-se em Janeiro deste ano. A feira e o colóquio realizam-se no âmbito do Ano Internacional de Micro-Crédito (2005), convencionado pelas Nações Unidas no ano passado.

Com as duas actividades, aquela organização pretende aprimorar a participação da sociedade civil na promoção do sector micro-empresarial e estimular o debate sobre as políticas e serviços públicos de apoio existentes neste sector.

2 GOVERNAÇÃO E ELEIÇÕES

2.1 Presidente do Movimento Pro Pace quer "Eleições Livres e Justas"

Cruzeiro do sul...03-09-05

O Presidente do Movimento Pro Pace e Bispo do Uíge, Dom Francisco de Mata Mourisca quer que seja feita imediatamente uma intensa e abrangente campanha de educação cívica, sob pena de não virem a criar condições para a realização de eleições em 2006.

O prelado defende a educação democrática como condição para que as eleições sejam livres e justas. O bispo espera ainda que até 2006 se proceda ao desarmamento dos civis que ainda detêm meios letais.

"Não basta isso, é preciso principalmente a nossa educação democrática, desarmar os corações totalmente, esquecer a vinganças ou tentação das vinganças que graças a Deus não tem havido", declarou Dom da Francisco de Mata Mourisca, precisando que essa educação se deve dirigir para "uma autêntica democracia, afim de que as eleições corram num clima democrático, de respeito pelas normas democráticas, sem qualquer hipótese de acusar depois as eleições como fraudulentas".

O bispo do Uíge chama ainda a atenção para os riscos de intranquilidade entre os angolanos, num claro aviso aos actores políticos principais protagonistas do pleito eleitoral. O desarmamento é uma tarefa prioritária e deve ser prática. Para o Bispo "há também riscos de crimes, pois ter uma arma em casa é sempre uma

tentação. Qualquer eventualidade pode levar uma pessoa a cometer um homicídio ou mesmo a disparar e a fazer mal a alguém. Então ter uma arma em casa não é nada recomendável neste ponto (eleições)", rematou.



2.2 CNE vai recalendarizar processo de recenseamento eleitoral

Fonte: Lusa 20/09/2005

A Comissão Nacional Eleitoral (CNE) recebeu ontem do governo a proposta de programa para o recenseamento eleitoral, mas admitiu que será necessário reformular o calendário previsto, devido aos atrasos na preparação das eleições de 2006.

«Uma das principais tarefas da CNE será a recalendarização das acções que devem ser executadas pelo governo no âmbito do registo dos eleitores», afirmou Adão de Almeida, porta-voz do órgão que vai fiscalizar todo o processo que culminará com a realização das eleições. Adão de Almeida falava aos jornalistas no final de uma reunião entre a CNE e a Comissão Inter-Ministerial para o Processo Eleitoral (CIPE), presidida pelo ministro da Administração do Território, Virgílio Fontes Pereira. Nesta reunião, a primeira entre as duas comissões, a CIPE entregou à CNE a proposta de programa de recenseamento eleitoral aprovada pelo governo. Nos termos da nova Lei Eleitoral, a proposta do governo terá de ser aprovada pela Comissão Nacional Eleitoral para que possa ter início o processo de recenseamento dos eleitores angolanos.

No entanto, segundo Adão de Almeida, o programa de registo eleitoral proposto pelo governo está «desajustado» em relação à actual situação do processo de preparação das eleições.

«O cronograma de calendarização das actividades afigura-se relativamente desajustado, na medida em que foi aprovado num quadro em que se pressupunha que nesta altura o processo estaria em condições diferentes das actuais», salientou Adão de Almeida. Inicialmente, o governo angolano pretendia ter arrancado com o processo de recenseamento eleitoral em Maio, no início da estação seca, de modo a que pudesse estar concluído antes do regresso das chuvas.

No entanto, o atraso nas negociações do pacote legislativo eleitoral e o posterior pedido de fiscalização preventiva da constitucionalidade da Lei Eleitoral, apresentado pelo presidente angolano ao Tribunal Supremo, acabaram por atrasar consideravelmente todo o processo. A mais recente previsão aponta para que o recenseamento dos eleitores angolanos possa começar durante o mês de Outubro, o que fará com que se realize numa altura de fortes chuvas em várias regiões do país, com as consequências dificuldades ao nível dos acessos.

Na reunião de segunda-feira, 19, a CIPE entregou também à CNE a proposta do programa de educação cívica, que deverá ter início em simultâneo com o recenseamento eleitoral. Para Adão de Almeida, este programa é «um ponto-chave para o sucesso do registo eleitoral e do próprio processo eleitoral». O porta-voz da CNE indicou ainda que a comissão foi informada pelo coordenador da CIPE de várias questões relacionadas com a preparação do processo eleitoral, entre as quais a actual situação da desminagem do país e o estado das vias de acesso a diversas localidades.

A Comissão Nacional Eleitoral, composta por 11 elementos, é presidida por Caetano de Sousa, que já exerceu idênticas funções na comissão que fiscalizou a preparação das eleições angolanas de 1992.

2.3 Comissão Eleitoral já trabalha

Jornal de Angola..07-09-05

A Comissão Nacional Eleitoral realizou na manhã de ontem a sua primeira reunião, depois de os seus membros terem conhecido formalmente as instalações que agora é a sede do órgão reitor do processo eleitoral.

O edifício, em que funcionou a Comissão Constitucional, está basicamente em condições para ser usado, embora os membros da CNE tenham constatado alguns aspectos que deverão ser objecto de benfeitorias. Depois da ronda pelas suas instalações, os onze membros da CNE tiveram um breve encontro com a imprensa, que foi convidada a testemunhar este

primeiro contacto com aquele que será o quartel general das eleições. O presidente da CNE, juiz Caetano de Sousa, fez uso da palavra em nome dos seus colegas, e disse que, em princípio, o edifício está em condições de ser usado. Instado sobre o atraso das actividades daquele órgão, Caetano de Sousa indicou não haver um atraso que possa comprometer o normal funcionamento da CNE, e assegurou que nos próximos dias o órgão reitor das eleições vai começar a trabalhar, “começando por arrumar a casa”. O presidente da CNE indicou que este órgão vai analisar a necessidade de se começar a trabalhar em algumas questões internas. A tomada de posse dos membros dos Conselhos Provinciais e das Comissões Municipais eleitorais é uma das questões que, de acordo com Caetano de Sousa, será acautelada nos próximos tempos.

Depois de fazer o que Caetano de Sousa chamou “arrumar a casa”, que deverá passar pela elaboração do regulamento e do estatuto do órgão, a CNE vai debruçar-se sobre a apreciação do calendário de registo eleitoral, que deverá ser-lhe facultada pela Comissão Interministerial para o Processo Eleitoral (CIPE). Caetano de Sousa afastou, porém, a hipótese de ser nomeado um director geral para as próximas eleições. “A nomeação de um director geral para as eleições está afastada. Não está prevista na lei e, em princípio, não haverá director geral.

A CNE vai elaborar o seu regulamento e estatutos e, dentro desse quadro, encontrará as formas de melhor conduzir o processo”, afirmou. Para além de Caetano de Sousa, que preside o órgão pela segunda vez, depois de tê-lo feito em 1992, fazem parte da CNE Susana Inglês (indicada pelo Presidente da República tal como o primeiro) e Luís Pedro de Assunção da Mota Liz (representante do Ministério da Administração do Território).

São ainda membros da CNE Adão de Almeida, Júlia de Carvalho, Raul Araújo, Cláudio Henriques da Silva, David Horácio Njunjuvili, Kipoy Wetwla Chimbelengue (os três primeiros foram designados pela Assembleia Nacional, sob proposta do MPLA, os dois seguintes mediante sugestão da UNITA e o último por proposta do PRS). O juiz Silva Neto é membro da CNE em representação do Tribunal Supremo, enquanto Lucas Manuel Quilundo foi indicado pelo Conselho Nacional de Comunicação Social.

2.4 Sete milhões de eleitores deverão votar nas próximas eleições

ANGOP...7 de Setembro

O ministro da Administração do Território, Virgílio de Fontes Pereira, disse terça-feira, em Luanda, que dados indicativos apontam para uma participação de cerca de sete milhões de cidadãos angolanos como potenciais eleitores nas próximas eleições, previstas para 2006.

"Os programas em que estamos a trabalhar apontam sobre 14 milhões e mais alguns milhares de cidadãos angolanos como o universo demográfico geral da nossa população em 2006. Feitas as contas vamos ter mais ou menos um universo de sete milhões de habitantes ou cidadãos como potenciais eleitores", explicou durante o Programa "Parlamento" Televisão Pública de Angola (TPA). Segundo ele, estes dados são indicativos e podem andar um pouco mais por cima ou por baixo, mas que servem para dar a conhecer aproximadamente uma realidade sobre os potenciais eleitores para as próximas eleições legislativas.

Referiu que tem havido um grande esforço no sentido de se criar as condições para que o cidadão possa participar do registo e no acto eleitoral de forma tranquila. Na sua óptica, esta participação tranquila vai ser uma das condições fundamentais para também se credibilizar o próprio processo democrático, por via da realização das eleições legislativas e presidenciais a partir já do próximo ano. Reiterou que o direito de voto abrange do ponto de vista físico e geográfico todo o território nacional e todos os cidadãos angolanos, com idade igual ou superior aos 18 anos, têm capacidade de votar nos termos estabelecidos pela Lei, direito que deverão usufruir. Virgílio de Fontes Perereira afirmou que as urnas estarão expostas essencialmente nos lugares mais próximos de aglomerados humanos de modo a permitir que todos participem, concretamente nas cidades, bairros, povoações e aldeias.

Ali onde existam cidadãos angolanos a residir, precisou o governante, haverá uma urna, uma mesa ou uma assembleia de voto. "Onde tal não poder suceder poderemos funcionar com as chamadas mesas móveis para permitir que alguns cidadãos situados em zonas de difícil acesso, com uma grande dispersão demográfica possam participar também da votação", esclareceu.

"Nós temos localidades onde só existem cinco famílias. Montar uma mesa de voto só para acudí-los, do ponto de vista logístico, é dispendioso. Então poderemos aí fazer a votação através de mesas móveis", sustentou o titular do MAT. Sobre a criação de mesas móveis, disse que é uma matéria que compete à Comissão Nacional Eleitoral (CNE) a sua definição, porquanto já está ligada ao processo de votação propriamente dito. Deu a conhecer que até ao momento não existe uma decisão se as eleições serão simultâneas ou por fases, mas garantiu que este assunto tem merecido a atenção do

presidente da República, José Eduardo dos Santos, nas audiências que concede aos líderes de partidos políticos.

"Estamos a trabalhar para que as eleições ocorram em 2006, sejam elas as legislativas, presidenciais ou as duas ao mesmo tempo. Qualquer que seja a decisão do Estado, relativamente à simultaneidade ou não das eleições, o grande esforço financeiro é no essencial ligado à organização do registo eleitoral, que nos termos da lei passa a ser um registo definitivo", frisou. Na sua intervenção, disse que a preocupação do Governo incide ainda no problema do desarmamento da população civil, descoberta de paiol de armamento e a desminagem. Actualmente existem mais de 300 campos minados.

Sobre a distribuição de tarefas, salientou que cabe a Comissão Inter-Ministerial, presidida pelo Ministério da Administração do Território, promover a execução do registo eleitoral. A Comissão Nacional Eleitoral supervisiona o processo.

2.5 Na senda das eleições

Jornal de Angola...09-09-05

O PRD (Partido Renovador Democrático) apelou ontem, em Luanda, a todas as forças políticas e à sociedade civil para participarem nas tarefas da reconciliação nacional, com vista ao apaziguamento dos espíritos.

O apelo foi feito pelo secretário-geral daquele partido, Noy da Costa, à saída de uma audiência que o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, concedeu a representantes daquela formação política, no quadro das consultas empreendidas pelo Chefe de Estado a formações políticas da oposição sobre o processo eleitoral. "A tarefa da reconciliação não é apenas uma tarefa do MPLA ou do Governo, mas de todas as forças políticas e da sociedade civil", disse o político, que dirigiu a delegação do seu partido, em representação de Luís dos Passos, ausente do país.

Para o PRD, que apresentou um memorando sobre o desenvolvimento e reconstrução do país nos próximos 30 anos, as eleições devem ser simultâneas, por razões logísticas e políticas. As razões logísticas prendem-se com o facto do Estado e os partidos não disporem de dinheiro, para, em menos de um ano, se fazerem duas eleições. As razões políticas prendem-se com a legitimidade ou não do Presidente da República para dar posse à futura Assembleia Nacional saída de eleições. "Se forem simultâneas (as eleições), o futuro presidente adquire legitimidade para o fazer", disse.

Noy da Costa apelou ao Governo para “acelerar um pouco mais aquilo que tem que fazer”, e deseja que a CNE (Comissão Nacional Eleitoral) “faça o mesmo, na medida racional, e não correr como em 1992”. “Vamos fazer eleições, as possíveis, racionais, para não termos os problemas que tivemos depois de 1992”, afirmou.

O dirigente do PRD considerou “gratificante” a audiência com o Chefe de Estado, tendo apelado ainda a um maior esforço na reabilitação das estradas e à distensão entre os partidos, para que as eleições sejam tranquilas. Bengui Pedro João, do PSD, apelou, por sua vez, para a necessidade da criação do Tribunal Constitucional, que já está previsto na lei, para resolver eventuais conflitos que vierem a surgir.

O PSD propôs ainda o desarmamento da população civil, bem como a realização de campanhas conjuntas de vários partidos para a educação cívica dos cidadãos. Segundo ainda Bengui Pedro João, cujo partido defende eleições simultâneas, devido às enormes despesas que comporta, o Presidente da República tomou boa nota de todas as preocupações apresentadas pelo seu partido. A questão de Cabinda esteve na agenda da audiência que o Chefe de Estado concedeu aos dirigentes do PSD, e ainda com os dirigentes do PRD. Segundo o líder do PSD, o Presidente da República disse que havia discussões em torno da questão, e prometeu informar dos seus resultados.

O PNDA, outro partido com um assento na Assembleia Nacional, defendeu a necessidade do reassentamento das populações nas suas áreas de residência ou de origem e o desarmamento da população civil. “Para que haja eleições livres e justas, é necessário que estas pessoas regressem às suas áreas de origem”, disse. Segundo o seu líder, Geraldo Pereira da Silva, o PNDA defende também a realização de campanhas de educação cívica devido aos receios da população de que aconteça o que ocorreu em 1992. “É necessário que os partidos, a sociedade civil, as igrejas e o Governo trabalhem em conjunto para educar o povo no sentido de que as eleições não é guerra, não é confusão, mas é a expressão da soberania do povo para eleger os seus representantes”, indicou. O PNDA defende ainda que o subsídio pontual para as eleições, aprovado pela Assembleia Nacional, deve ser abrangente para todos os partidos, com assento e sem assento parlamentar.

O mesmo partido, que também defende eleições simultâneas, por razões logísticas, propôs que o registo eleitoral arranque, pelo menos até ao próximo mês, para terminar pelo menos em Fevereiro, a fim de permitir que as eleições se realizem em 2006.

2.6 PR inicia ronda de contactos com líderes de partidos políticos

Jornal de Angola...02-09-05

O Chefe de Estado angolano, José Eduardo dos Santos, inicia hoje uma ronda de contactos com líderes políticos para analisar o processo de preparação das próximas eleições, previstas para 2006.

De acordo com uma nota emitida pelos Serviços de Apoio ao Presidente da República, “estes encontros têm por objectivo uma troca de informações sobre o calendário eleitoral e a forma como as próximas eleições estão a ser preparadas”. O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, anunciou domingo, na cerimónia de apresentação de cumprimentos pela passagem do seu 63º aniversário, a intenção de se reunir com os líderes dos principais partidos para “ouvir as suas opiniões” sobre a situação política no país.

Segundo o comunicado oficial, o Presidente Eduardo dos Santos recebe hoje em audiência os responsáveis políticos da FNLA, UNITA e Partido Democrático para o Progresso-Aliança Nacional Angolana (PDP-ANA). Os contactos prosseguem segunda-feira com os líderes do Partido de Renovação Social (PRS), Partido Liberal Democrático (PLD) e Partido de Aliança da Juventude, Operários e Camponeses de Angola (PAJOCA). Na quinta-feira, serão recebidos os representantes do Partido Nacional Democrático de Angola (PNDA), Partido Renovador Democrático (PRD), Partido Social-Democrata (PSD) e da coligação Angola Democrática (AD), a encerrar as audiências com os partidos com assento parlamentar.

Esta ronda de contactos encerra a 9 de Setembro com audiências aos representantes de blocos de partidos sem representação parlamentar, estando previsto que o Presidente Eduardo dos Santos receba o Conselho Político da Oposição (CPO), os Partidos da Oposição Civil (POC) e a Plataforma Política Extra-Parlamentar (PPE).

2.7 Presidente do parlamento critica indiferença internacional aos problemas de Angola

Angop... 16-09-05

Nova Iorque - O presidente da Assembleia Nacional, Roberto de Almeida, reputou quinta-feira em Nova Iorque, de "extremamente injusta" a indiferença de

alguns estados da Comunidade Internacional relativamente aos problemas do pós-conflito que o país vive.

Roberto de Almeida, que discursava na cimeira de chefes de Estado e de Governo, em representação do Presidente José Eduardo dos Santos, defendeu uma atenção específica aos países em situação de pós-conflito e que se debatem com problemas de carácter económico e social, cuja resolução tem um impacto directo na preservação e consolidação da paz.

"Infelizmente, nem sempre se dedica a devida atenção a estes aspectos, razão pela qual também não se mobilizam os recursos necessários para a sua reconstrução, o que penaliza seriamente esses países, como acontece actualmente com Angola, situação que consideramos extremamente injusta" disse. O presidente da Assembleia Nacional defendeu igualmente a adopção de uma estratégia mundial no combate ao terrorismo, tendo, a propósito, saudado os esforços em curso para a conclusão de uma Convenção Internacional contra o fenómeno. Segundo o líder parlamentar angolano, a recente adopção da Convenção Internacional sobre a Supressão dos Actos de Terrorismo Nuclear demonstra que também é possível conseguirem-se acordos no domínio do combate ao terrorismo, incluindo a sua definição. O parlamentar manifestou-se ainda preocupado com questões respeitantes ao papel da educação e da sua adaptação às realidades e necessidades dos países emergentes, aos problemas do género e ao combate à pandemia do HIV/SIDA, que constitui, hoje, uma das maiores ameaças aos povos de África e de outras regiões do mundo. Roberto de Almeida expressou ainda o apoio de Angola à proposta de criação da Comissão de Consolidação da Paz, cujo principal objectivo será assistir aos Países Emergentes de Conflitos nos seus processos de reconversão da economia, preservação e consolidação da paz.

Entretanto, defendeu a inclusão, neste futuro organismo da ONU, de uma componente de prevenção de conflitos, argumentando como base a experiência de Angola.

Exortou que se continue a aprofundar o debate sobre questões sensíveis como o uso da força nas relações internacionais, a responsabilidade de proteger e o Conselho de Direitos Humanos, uma proposta também enquadrada no plano de reformas da ONU.

3 EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E CRIANÇA

3.1 Altos preços nas creches preocupam encarregados

Capital... 03-09-05

Uma recolha de dados nos centros infantis de Luanda permitiu concluir que o salário mínimo nacional e outras dificuldades do país tornam os angolanos cada vez mais incapazes de pagar às creches propinas mensais até 200 dólares para garantir os cuidados das suas crianças.

É o mesmo que dizer que se cobra os «olhos da cara», quando se pretende ter o filho bem assistido. Juvenis Paulo, Daniel Miguel «Isto não se faz: temos filhos, ganhamos mal, mas ainda somos obrigados a pagar tanto dinheiro nas creches oficiais. Estamos condenados a pagar caro desde os centros infantis até à nossa morte». Num tom desesperado, João Trindade reclamava pelo facto do nome do seu filho, Meneses Trindade, constar de uma lista de crianças que ficaram suspensas por atraso de pagamento. O pequeno integra um número de 40 crianças cujos pais não conseguem, há três meses, pagar a mensalidade na creche em que se encontram matriculados os seus filhos, uma situação que, segundo a directora do Centro Inzuietu, Engrácia Costa, acontece com bastante frequência. Mas Trindade, de 39 anos de idade, não desarma e faz das tripas coração, tentando a todo custo juntar o já parco salário auferido, como varredor de rua pela Elisal, para poder pagar a propina de 12 mil Kwanzas (seis por cada filho) ao oficial centro Inzuietu, localizado no bairro Kinaxixi.

Mas não se trata de um caso isolado. Está generalizado, uma vez que no centro infantil do Nelito Soares, crianças há que foram obrigadas a permanecerem em casa por terem acumulado dívidas no valor de 18 mil Kwanzas. É o caso, por exemplo, de Ludmila Pascoal, uma jovem de 32 anos que tem a filha Lituânia «estacionada» em casa, porque incapaz de cumprir com as obrigações tarifárias do referido centro, como reflexo do baixo salário que recebe mensalmente, com agravante de ser uma mulher solteira, que poderão manter a sua filha distante daqueles portões. «Os preços das creches privadas são, na realidade, especulativos, uma autêntica roubalheira».

NO FUNDO DA QUESTÃO

A ausência de uma tabela de preços unificada nos

centros infantis tutelados pelo Estado, segundo a chefe de secção de atendimento à criança do Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS), Simôa Valentina, tem estado na base de todo o imbróglio que se assiste em torno deste processo, por se encontrarem numa fase de reorganização.

«Mas o Governo incluirá no seu orçamento geral um valor que irá contribuir para as despesas das creches oficiais e centros infantis comunitários, com participando com géneros alimentícios e bens, além duma possível baixa de preços das propinas», prometeu. Tarde ou cedo, o certo é que será difícil disciplinar a tabela de preços praticados em muitas creches privadas, onde as propinas custam até 200 dólares americanos. Nos gastos mensais, Tatiana Vasconcelos, 39 anos, cuida de separar uma quantia (USD 200) para pagar a propina da filha Sentinela, a beneficiar das aulas pré-escolares na creche dos Bebuchos, ao bairro Alvalade. «Posso considerar razoável o preço que pago, porque tenho um emprego que me garante um bom salário, mas a coisa é difícil para aquelas mães sem condições financeiras», admitiu. E na hora das contas finais, exige pensar duas vezes. «O luxo custa caro», reconheceu Tatiana. Quem não discorda deste parecer é a directora-geral da «Creche dos Bebuchos», Celeste Bicho, para quem as pessoas pagam caro pela boa qualidade das instalações, boa alimentação, excelentes condições sanitárias e técnicos formados para lidar com crianças». Pelo menos é que se passa no centro que dirige, onde as crianças permanecem das oito às 19 horas.

Para melhor dizer, os preços praticados nas inúmeras creches espalhados não obedecem a localização, mas sim à qualidade dos serviços que prestam à sociedade. É assim no centro da cidade, como nos bairros periféricos.

3.2 Creches ilegais aos magotes em Luanda

Capital... 03-09-05

Para quem não sabe, a coordenadora de inspecção e apoio técnico aos centros infantis privados e estatais, Simôa Valentina, tem um dado preocupante: Luanda conta com mais de 43 creches privadas a funcionarem sem o alvará da direcção provincial do MINARS. Ou seja, não estão autorizados a exercerem a actividade que exercem.

Os trabalhos de fiscalização que culminaram com a certificação de inúmeras creches ilegais espalhadas entre o Bairro Operário e as imediações de São Paulo, têm como o principal foco o município da Samba, onde

se pode localizar um centro ilegal ao princípio da rua Sagrada Família. «Família» é o nome por que a instituição, com mais de dois anos de existência é tratada pelos clientes sujeitos a pagarem 50 dólares por mês ou 4 mil, o seu equivalente na moeda nacional.

Esta e outras anomalias têm vindo a preocupar a entidade afecta ao MINARS que lida com o assunto, que se mostra preocupada com a qualidade de serviços dessas creches. Localizam-se, na sua maioria, em áreas com elevada poluição sonora, com um precário saneamento básico, sem segurança, sem salas de actividades extra-escolares e alimentação condigna. Muitas dessas creches não dispõem ainda de profissionais capazes de trabalharem com crianças. Nesses casos, segundo Valentina, exige-se que os técnicos assistentes devem possuir uma formação no ramo de infância, o suficiente para trabalhar com tacto pedagógico, amor, carinho, bem como realizar as actividades dentro do horário estabelecido que contribua para o desenvolvimento físico, psicoemocional e criativo das crianças. Luanda dispõe actualmente de sete centros infantis comunitários e quatro creches estatais, mas o número de instituições do género cresce de forma exponencial. (...)

Por este facto, o MINARS recomenda aos responsáveis das creches com perfis duvidosos a regulamentarem o seu funcionamento, sob pena de acabarem penalizadas por violarem os mais elementares direitos e cuidados à infância.

3.3 Direcção de Luanda pode encerrar colégios

Agora... 03-09-05

O dia-a-dia de muitas escolas particulares em Luanda mostra que os seus proprietários estão muito mais interessados no lucro financeiro do que propriamente em ajudar a desenvolver o sector da Educação. Para já, nem sequer cumprem as normas de inserção de alunos nas salas de aulas.

É do conhecimento público que Angola faz parte da lista dos países que menos investem no sector do ensino. Com a mudança do sistema político de monopartidarismo para multipartidarismo em 1992, criou-se no Ministério da Educação (MED) uma secção para o ensino privado, que viria a lidar com as escolas particulares, vulgo colégios, no sentido de exigir a estes cumprirem principalmente as normas pedagógicas.

Mas várias escolas privadas espalhadas um pouco por Luanda aproveitam a "desordem na casa" (sector de Educação) e dão-se ao luxo de não cumprir, até, certos

princípios básicos pedagógicos. Este semanário, numa ronda, constatou que em muitos colégios não se obedece às normas de matrículas. Por outras palavras, nestas escolas em qualquer período, até no último trimestre do ano lectivo se matriculam pessoas e se juntam na mesma sala de aulas estudantes com idades completamente diferentes, ou seja, numa turma onde deveriam estar apenas alunos da faixa etária dos 10 aos 13, ficam alunos dos 10 aos 18 ou 19 anos de idade e que muitas vezes já vivem maritalmente. Observadores dizem que esta prática mostra que muitas dessas escolas particulares estão mais interessadas em lucros financeiros do que propriamente em ajudar a promover e a desenvolver a Educação no país. Sobre estes assuntos, ouvimos alguns encarregados de educação que têm filhos a estudar no ensino privado.

"Acho que não é correcto que as escolas privadas façam isto. Porque acabam por prejudicar os alunos que, deste modo, não aprendem nada. Os pais pagam para terem os filhos formados. Mas correm o risco de nada aprenderem por causa dos erros da própria escola. Por isso, penso que os colégios não devem receber pessoal para estudar no fim do ano lectivo, nem juntar na mesma sala menores com adultos", disse um encarregado de educação, Lourenço Catraio, que tem um filho num colégio localizado no bairro Prenda. Uma outra encarregada de educação, Quina Salvador, disse que os colégios por serem escolas privadas devem ser melhores que as escolas estatais. "Quando uma escola privada recebe estudantes no fim do ano lectivo ou junta menores e adultos na mesma sala de aulas, está, automaticamente, a mostrar falta de idoneidade. E penso que uma escola privada deve reunir melhores condições em relação a uma escola estatal. Porque o Estado tem várias escolas para cuidar em todo o país, enquanto o proprietário de uma escola privada tem de cuidar apenas da sua escola. E penso ainda que os colégios surgem para ajudar na formação de quadros para o desenvolvimento do país e não o contrário, portanto não podem violar as normas pedagógicas", atestou a encarregada.

Já um outro interlocutor, Horácio Pinto, encarregado de educação de duas crianças que estudam no ensino privado, é de opinião que o MED deveria arranjar mecanismos eficazes para fiscalizar o ensino privado. Para ele, só assim, será possível desencorajar essas anomalias. "Penso que os responsáveis pelo ensino devem procurar formas de contrapor a estas e outras irregularidades nos colégios, porque as pessoas aproveitam-se da situação. Estamos, praticamente, no país de tudo deixar andar. E sem esquecer que os donos dos colégios estão mais de olhos postos no dinheiro", apontou. Ao que tudo indica, matricular

pessoas no fim do ano lectivo e juntar estudantes menores e adultos na mesma turma não são as únicas irregularidades que se verificam no ensino privado. É que em muitos colégios praticam-se preços exorbitantes não conciliáveis com a qualidade do ensino ali administrado. Os estudantes destas escolas têm um slogan que diz; "no colégio não se reprova". Em conversa com alguns professores, apercebemo-nos que as direcções censuram os professores que reprovam um número elevado de alunos, independentemente de serem maus alunos, para que a escola não perca clientela e o "bom nome".

Em Angola, o número de pessoas fora do sistema de ensino, entre crianças e adultos, é ainda muito elevado. E, sendo a procura maior que a oferta, o negócio de colégios, particularmente em Luanda, é lucrativo. Em qualquer esquina, mesmo nos becos ou em prédios residenciais abrem-se colégios, em casas de tamanho completamente diminuto para ser uma escola. O pior é que mesmo a facturarem muito dinheiro, vários colégios funcionam à margem da lei. O AGORA apurou junto da Direcção Provincial de Educação de Luanda (DPEL) que as leis que regem as actividades nas escolas públicas são as mesmas das escolas privadas. Não é permitido que nenhuma instituição escolar pública ou privada receba estudantes fora do tempo normal de matrículas, a não ser que o aluno tenha sido transferido de uma escola para outra com o devido comprovativo.

De acordo com a directora para o ensino particular da DPEL, Laudemira de Sousa, que até ao dia do fecho desta edição se encontrava em visita de campo aos colégios do município de Viana, os colégios que juntam numa turma alunos menores e adultos cometem um erro grave, porquanto os adultos têm comportamentos totalmente diferente dos menores. Laudemira de Sousa fez saber que durante a sua visita foram detectados colégios que funcionam à margem da lei e estes serão encerrados. Aquela responsável não avançou muitos dados sobre o seu trabalho de campo, mas deixou claro que os infractores terão o que merecem.

Relativamente à reforma educativa, a directora provincial para o ensino particular disse que nos colégios ela só terá lugar a partir do próximo ano.

3.4 Há cada vez mais menores a morrerem por ingerir bebidas alcoólicas

Independente...03-09-05

Mas ao que tudo indica a sociedade inteira anda impávida e serena perante tão grandes males.

O Instituto Nacional da criança (INAC) chegam anualmente inúmeros casos, segundo Carlos, jurista daquela instituição. Mas a preocupação do INAC vai mais longe, apontando para o crescimento de um problema para o qual os pais não estão preparados para enfrentar: Um quadro superior do INAC avançou-nos que a maioria das pessoas acusadas de mandar vender bebidas alcoólicas a crianças, defendem-se "alegando crise socio-económica, facto que as leva a pedir auxílio aos filhos na tarefa de venda, não só de bebidas como de outros produtos, alguns até tóxicos".

Ao contrário de outros países, Angola não tem nenhuma lei específica que proíba a venda e/ou uso de bebidas alcoólicas a crianças. Por isso, o INAC mostra-se preocupado com a situação de que considera também responsável pela morte de muitas crianças no país. Mas ao que tudo indica a sociedade inteira anda impávida e serena perante tão grandes males. Tribunal de Menores Curiosamente, o Tribunal de Menores, uma instituição existente há mais de dois anos, nunca recebeu uma só acusação contra um indivíduo que tenha mandado vender bebidas alcoólicas ou incitado o seu uso a crianças. A afirmação é de Inácio Rapaz, juiz de Direito do referido Tribunal, que acha muito estranho esta atitude da sociedade. "Registamos vários casos de crianças em conflito com a lei, bem como de violação contra os direitos das crianças, mas nunca ninguém veio denunciar determinada pessoa que tenha mandado seu filho ou outra criança vender bebidas alcoólicas", disse.

A última vítima Entretanto, na senda do assunto, uma criança morreu no pretérito sábado, 27 de Agosto. Pitra Manuel, 13 anos, vivia na rua Senado da Câmara no município do Sambizanga, em Luanda. Manico, como era mais conhecido era vendedor ambulante de bebidas alcoólicas e morreu após ter ingerido, segundo testemunhas, várias doses de álcool.

Manico e ex-companheiros de venda tinham ido a Cacuaco numa maratona por ocasião do 63º aniversário do presidente da República José Eduardo dos Santos. Ali beberam até esgotar o dinheiro que levavam consigo. Manico terá consumido vários wisckys em pacotinhos, segundo um dos amigos.

3.5 «Angola corre o risco de perder uma geração de crianças»

Fonte: Lusa 20/09/2005

O Programa Alimentar Mundial alertou, em Luanda, que as crianças angolanas estão a «pagar um preço

muito alto» pela falta de recursos para financiar as suas operações humanitárias, pelo que pediu novas doações internacionais.

«O PAM necessita de 30 milhões de dólares para fornecer ajuda alimentar a cerca de 700 mil pessoas até ao final de 2006», afirmou Rick Corsino, representante desta agência das Nações Unidas em Luanda. Segundo este responsável humanitário, «muitos doadores acreditam que a crise em Angola já terminou, mas a realidade é que está a emergir um fenómeno que chega a ser tão devastador para as crianças como a guerra».

«Angola corre o risco de perder uma geração de crianças por causa de doenças relacionadas com a má nutrição, simplesmente porque o PAM não tem fundos suficientes para dar comida aos que mais necessitam», alertou. Um estudo recente realizado por esta agência das Nações Unidas concluiu que, só no planalto central angolano, existem cerca de 850 mil pessoas que vivem numa situação de má nutrição crónica, sobrevivendo apenas com uma refeição por dia.

«Se quisermos que Angola volte a erguer-se, as crianças devem ter acesso à nutrição básica e à educação», frisou Rick Corsino, defendendo que o programa de distribuição de alimentos nas escolas que está a ser implementado pelo PAM permite que «várias famílias possam reconstruir as suas casas e trabalhar nas suas lavras em vez de terem que procurar comida».

Na perspectiva do PAM, o incentivo de uma refeição regular na escola é muitas vezes suficiente para que os pais mandem os filhos para as aulas, já que sabem que eles vão ter a possibilidade de comer pelo menos uma refeição nutritiva por dia.

«Fornecer alimentos a alunos do ensino primário ajuda a aumentar o número de crianças matriculadas e reduz as taxas de desistência», defendeu o representante do PAM em Angola, recordando que «as crianças concentram-se e aprendem melhor quando as suas necessidades nutricionais são atendidas». O problema, segundo Corsino, é que, «devido à falta de recursos, o PAM apenas pode atender metade das actuais necessidades».

«Isto significa que um número cada vez maior de crianças corre o risco de contrair doenças que podem facilmente ser evitadas se elas tiveram uma boa alimentação», acrescentou. Actualmente, o PAM está a assistir cerca de 110 mil crianças nas escolas angolanas, pretendendo aumentar esse número para 170 mil até ao final de Dezembro, subindo para 340 mil no prazo de 12 meses.

«Nós queremos utilizar os nossos escassos recursos da melhor forma possível para ajudar as vítimas da guerra em Angola, mas uma lamentável falta de recursos significa que as nossas actividades têm que ser reduzidas», alertou Rick Corsino. Devido à actual falta de financiamentos, apenas as 110 mil crianças que beneficiam da merenda escolar estão a receber as rações completas, enquanto as cerca de 400 mil pessoas abrangidas por programas de comida pelo trabalho apenas recebem «metade da comida que deveriam receber em condições normais».

Este racionamento abrange também os milhares de angolanos apoiados pelo PAM no âmbito dos programas de apoio ao regresso das populações deslocadas pela guerra às suas áreas de origem.

3.6 38 mil angolanos saem do analfabetismo

Jornal de Angola...09-09-05

Trinta e oito mil angolanos residentes na cidade de Luanda foram alfabetizados durante os três anos de paz que o país vive.

Formados no âmbito de um projecto encabeçado pela Organização não Governamental Alfalit-Angola, também conhecida (por princípio do fim), em parceria com o Ministério da Educação e com o apoio da USAID (Agência Norte-americana para o Desenvolvimento), estão aptos a frequentar a 4ª classe ou o ensino de adultos. O dado foi revelado ontem, em Luanda, pelo director executivo da Alfalit-Angola, Luciano Chianeque, à margem da abertura do acto provincial do Dia Internacional da Alfabetização, que serviu também para a graduação dos novos mil alfabetizados.

Segundo Luciano Chianeque, os indivíduos são formados durante os seis meses e quando aprendem a ler e a escrever são considerados graduados, com capacidade para poder estudar a 4ª classe. projecto que não pára por aqui, a partir de Janeiro do próximo ano, de acordo com Luciano Chianeque, vai-se estender às outras províncias com um programa que irá de 2006 a 2011. Questionado sobre como é feito o recrutamento dos professores, Luciano Chianeque adiantou que eles são recrutados nos bairros, seguidamente recebem a metodologia de ensino e cada professor é responsável pelo recrutamento dos seus próprios alunos.

“São registados e recebem também o seu respectivo material de apoio. Mas a Alfalit-Angola tem como parceiras fundamentais para leccionar, as igrejas no

âmbito do seu projecto”, defendeu. (...)

A Alfalit-Angola faz parte da família Alfalit internacional, instituição fundada em 1971, na Costa Rica e tem a sua sede em Miami nos EUA.

4 TERRA, URBANIZAÇÃO E HABITAÇÃO.

4.1 Disputa de terra faz um morto em Ndalatando

Jornal de Angola... 29-09-05

Um homem que em vida se chamou João Domingos Mateus, solteiro de 21 anos de idade, foi morto há dias, em Ndalatando, na sequência dos ferimentos provocados por facadas que lhe foram desferidas na barriga por Cristóvão Cardoso Diogo, de 28 anos de idade e já detido, no decurso de uma briga pela posse de uma parcela de terra que os opunha, revela a Polícia no habitual relatório semanal.

O documento frisa que o autor do crime, no meio da briga atingiu mortalmente o seu opositor na região abdominal com facadas. A vítima morreu instante depois do incidente, no hospital provincial do Kwanza-Norte. O relatório assinala ainda que de 19 a 26 do corrente mês, foram registados um total de 40 crimes, mais nove em relação a semana passada, com apenas 38 esclarecidos, e 23 cidadãos detidos sob acusação dos referidos delitos.

Dos crimes apontados, destacam-se 14 ofensas corporais voluntárias simples, seis qualificadas e nove furtos, sendo destes 32 ocorridos no município de Cazengo, três no Golungo-Alto e igual número em Cambambe, Ambaca e Lucala com um cada. Os artigos furtados, foram uma botija de gás de 12 kg, um fogão a gás, uma bicicleta, pasta com roupa diversa, quatro cadeiras plásticas, aparelho de som e colchão casal. Durante o período em referência, ocorreram oito acidentes de viação, mais quatro que em igual período anterior, sendo quatro capotamentos, dois choques entre veículos automóveis, um despiste e um atropelamento, tendo causado dois mortos, 18 feridos e danos materiais avaliados em 248 mil e 700 kwanzas. A Polícia Nacional de Angola no Kwanza-Norte, realizou quatro buscas dirigidas nos municípios de Cazengo, Cambambe e Samba-Cajú, resultando na destruição de 279 plantas de liamba num campo de cultivo da referida droga, na localidade de Samba. (...)

Por outro lado, a Polícia de Viação e Trânsito, aplicou 15 multas por diversas infracções ao Código de Estrada, apreendeu 10 motorizadas por falta de chapas de matrícula e quatro Cartas de Condução por mau estado de conservação.

4.2 A nova guerra dos soldados angolanos

Angolense... 10-09-05

A corrida desenfreada por um terreno há muito que ganhou contornos alarmantes, pois fruto das carências habitacionais os populares apressam-se em ocupar "um pedaço de chão", sem respeitar as normas estabelecidas por lei, numa guerra onde ganha sempre "o elo mais forte". Sendo assim, os militares, com particular incidência para as altas patentes do exército, decidiram não ficar a margem.

Travar tais intentos tem sido tão difícil, que o Governador de Luanda, Job Capapinha, pediu, recentemente, à Procuradoria Militar auxílio para frear as ocupações ilegais. Na Catumbo, 62 anos, é uma das muitas camponesas que há décadas cultiva terras em um bairro apelidado pelos moradores de "Tio Antônio", nome de um familiar seu, que foi dos primeiros moradores a habitar a zona. Ao longo de muito tempo a sua família trabalhou em um pedaço de terra, de onde sempre saiu o seu sustento. "Este local era calmo, nunca nos preocupamos em arranjar os documentos dos terrenos porque esta terra sempre foi da nossa família", explicou a anciã, algumas vezes expressando-se em português e outras em Kimbundu. Entretanto, o local que sempre foi pacato transformou-se como que "do dia para a noite" num verdadeiro campo de guerra, devido a invasão dos terrenos. Segundo os populares, tudo começou quando militares afectos ao corpo de Comandos do exército nacional decidiu que aquele era o melhor local para erguer as suas casas.

"Não respeitaram ninguém, destruíram as nossas lavras, limpavam os terrenos e começaram a construir", lembrou Ana, enquanto tentava reprimir uma lágrima que ameaçava escorrer pelos seus olhos. A anciã explicou que tudo começou há cerca de um ano e meio, deixando os moradores da zona sem soluções.

"Os militares chegaram com armas, ameaçaram-nos e agrediram aqueles que teimavam em permanecer nos seus terrenos", lamentou ainda a camponesa. Dentre o rol de atrocidades cometidas por aqueles que chama de "invasores", Ana guarda com mágoa a imagem de um militar agredindo uma mulher grávida, porque a mesma

pediu apenas "mais uns dias" para deixar a sua própria casa de chapa. O relato de Ana é apenas mais um no universo de pessoas que, naquela zona, sentem-se atropeladas pela ânsia dos militares. Júlio Andrade, 32 anos, é um dos muitos que se sente agastado com os atropelos. "É inaceitável. Moro nessa zona desde que nasci e agora estou a ser expulso sem ter direito a nada", lamentou. O mesmo sentimento é partilhado há muitas léguas de distância do Golf, desta feita no Benfica, onde outro grupo de populares reclama de abusos cometidos por militares. Segundo os mesmos, a vida no local tornou-se "impossível", desde que homens armados irromperam pela zona.

"Ninguém pode fazer nada porque não temos defesa", reclamou Manito, um dos muitos Jovens que viu a sua família perder tudo a favor dos militares. Mais caricato ainda, como contou mais adiante, é que os seus familiares foram obrigados a comprar o terreno, em que moraram por mais de 20 anos, a um dos militares.

AS MOTIVAÇÕES DA OCUPAÇÃO

As baterias de pessoas como Manito recaem sempre nos militares, normalmente descritos como pessoas insensíveis e usurpadoras. Entretanto, os mesmos escudam-se na falta de habitações para as acções musculadas.

Isso mesmo espelhou Andrade da Silva, sargento do exército nacional, que há mais de um ano ocupou um terreno nas imediações do "Projecto Nova Vida". No local, foi erguida uma casa espaçosa, que destoa de outras construções inacabadas. Indagado sobre os motivos que o levaram a tomar tal decisão, o mesmo explicou que não teve "outra alternativa". "Dei os melhores anos da minha vida pelo exército nacional e não tinha sequer uma casa", começou por explicar, para mais adiante revelar que viveu durante muito tempo em casa de um irmão. Quanto a possibilidade de ver a sua casa demolida, Andrade fez questão de deixar bem claro que "jamais aceitará". (...)

"A nossa intenção não é chocar com as autoridades e muito menos atropelar as populações, mas se quiserem tirar-nos daqui terão de compensar-nos", afirmou, para mais adiante acrescentar que "os militares não podem ser tratados sem respeito, tal como tem acontecido com alguns populares que perderam as suas casas sem qualquer direito. Fonte da polícia militar contactada sobre o assunto referiu que em casos do gênero cabe a este órgão do exército actuar, algo que, em muitos casos, não tem acontecido devido ao grau de patentes envolvidas nas ocupações de terrenos.

"É difícil, porque muitas das vezes enviamos para o

terreno um soldado, ou até um capitão, para enfrentar um General", reclamou a fonte que vimos a citar. O mesmo fez questão de esclarecer que nesse caso a Polícia Militar pode agir, mas que devido ao respeito pelas hierarquias que se incute no exército, os efectivos ficam com receio.

Ainda assim, o mesmo informou que a Polícia Militar tem levado a cabo, em colaboração com os serviços de fiscalização dos municípios de Viana, Benfica e Samba, várias acções de despejo. "Temos de combater essas actitudes porque o clima de impunidade é que tem feito crescer esse tipo de comportamento", realçou.



4.3 Os militares que ocupam terrenos sabem o que lhes aguarda

Angolense... 10-17-05

Na voz do Procurador Geral das F.A.A., General João Maria, as justificações para as constantes denúncias de que militares têm ocupado terrenos e a promessa firme de que essas práticas serão combatidas

Segundo o Procurador geral das FAA, João Maria, esta problemática dos terrenos abrange normalmente militares desmobilizados. "A maior parte da população jovem teve que deixar a sua província, devido ao conflito armado, e tornarse militares", começou por dizer a referida autoridade militar.

"Depois de ter perdido tudo o que tinha, o militar não vê outra alternativa senão procurar soluções, recorrendo por vezes a meios errados", explicou ainda a mesma fonte. João Maria fez questão de esclarecer que actos do gênero extravasam as competências do órgão que representa, mas informou que têm sido ramadas algumas providências.

"Não posso dizer que nunca nos apercebemos dessa situação, mas das vezes que tivemos de resolver um problema parecido, primeiro, mandamos chamar o responsável, depois, caso ficasse provado que ele tem

culpa, conversamos com o acusado no sentido de fazê-lo entender que deve devolver o terreno", revelou ainda o General. Nos casos em que o militar mostra renitência, segundo João Maria, têm sido aplicadas sanções disciplinares que podem resultar em prisão. No quadro das medidas educativas, o responsável pela procuradoria das Forças Armadas Angolanas realçou a realização de palestras, com o intuito de transmitir aos efectivos regras de educação jurídicas. "Realizamos mensalmente palestras nas diversas unidades existentes, pelo que acreditamos que com o trabalho a situação vai melhorar significativamente", disse realçando também que este tipo de actividades são voltadas inclusive aos Generais". Esclareceu ainda que, por vezes, o problema torna-se mais sério quando a própria administração concede um terreno a duas pessoas, tendo acrescentado que tal acontece, normalmente, quando o primeiro beneficiário, por diversas razões, não faz absolutamente nada no terreno por um longo período.

"Quando isso acontece ainda é mais difícil de se resolver, porque neste caso existem dois donos, aí já não podemos fazer nada. Sempre que alguém compra um terreno é aconselhável que se coloque nele qualquer coisa que sirva para identificar o proprietário", aconselhou João Maria. Outra situação que tem incomodado, segundo a fonte, é a burla que se nota nesses últimos tempos, pois muitas são as pessoas que se fazem passar por militares para conseguirem o que querem. "Muitos vestem uma farda, mesmo sem estarem incorporados no exército, tudo isso para se aproveitarem da situação", disse.

"As medidas para se evitar esse tipo de situação já foram tomadas, por isso, doravante, qualquer pessoa que for encontrada vestindo uma farda, sem ser militar, prestará contas", tranquilizou. Mais a diante acrescenta que os soldados já estão consciencializados de que não devem se apropriar de terrenos alheios. "Caso não cumpram com isso, sabem o que lhes aguarda", frisou. Com o intuito de se resolver definitivamente a problemática habitacional, o General João Maria é de opinião que o Estado tem de criar políticas para colocar um ponto final nas ocupações ilegais, responsabilizando os culpados.

Para o nosso interlocutor o Estado deveria mudar o método de distribuição de terrenos, pois assim tudo ficaria resolvido. "Os terrenos deviam ser cedidos de acordo com o bolso de cada pessoa. Se assim acontecesse, este problema estaria ultrapassado", concluiu.

4.4 Renovar Luanda: Projecto vai absorver 1,7 bilião de euros

Jornal de Angola...06 -09-05

O projecto de requalificação e reordenamento urbano da zona marginal de Luanda, denominado Baía de Luanda, vai custar 1,7 biliões de euros nos próximos 13 anos.

O projecto Baía de Luanda, que deve começar a ser construído em Novembro, é uma iniciativa do consórcio Luanda Waterfront Corporation e surge com o objectivo de inverter a falta de habitações, escritórios, hotéis e espaços de lazer na zona baixa da capital angolana. Relativamente à proposta inicialmente apresentada, que levantou enorme polémica em Luanda, o projecto agora aprovado pelo Governo não inclui a construção de duas ilhas artificiais na baía da capital angolana.

Este projecto foi inicialmente apresentado em Outubro de 2003, mas, na sequência da polémica que gerou em vários meios da sociedade angolana, os promotores anunciaram em finais de Janeiro de 2004 a intenção de proceder a uma reformulação que incluísse algumas das propostas defendidas pela sociedade civil no debate público que se gerou depois da sua apresentação. O projecto agora aprovado envolve a construção de vários empreendimentos públicos e privados ao longo da Avenida 4 de Fevereiro, na conhecida Marginal de Luanda. As obras públicas, que serão integralmente suportadas pelos promotores, ascendem a 113,6 milhões de dólares (90,9 milhões de euros), enquanto as obras privadas totalizam os restantes 2,03 mil milhões de dólares (1,62 mil milhões de euros). A partir de Novembro, deverão arrancar as obras de dragagem da Baía de Luanda, assim como o alargamento da avenida marginal, que passará a ter seis faixas de rodagem e uma via para transportes públicos. Ainda no âmbito das obras públicas, o projecto prevê a criação de mil e 600 lugares de estacionamento, a construção de zonas de lazer e áreas ajardinadas, além da recuperação das fachadas de alguns dos edifícios situados ao longo da Marginal de Luanda. As obras privadas, que devem começar em 2006, incluem duas torres - com 37 e 24 pisos - para escritórios, habitação e comércio, além de edifícios que albergarão, entre outras infra-estruturas, um hotel e um centro de convenções. No outro lado da baía, na Ilha de Luanda, em terrenos que devem ser conquistados à água na sequência das dragagens, está prevista a construção de estruturas para habitação, escritórios, turismo, comércio e lazer.

Os promotores recebem do Estado a cedência dos direitos de propriedade por um período de 60 anos, que pode ser renovável.

A fiscalização será assegurada pela Agência Nacional de Investimento Privado (ANIP), a quem o projecto foi apresentado em Julho de 2004, pelo Banco Nacional de Angola, pelos ministérios das Obras Públicas e do Urbanismo e Ambiente e pelo Governo Provincial de Luanda.

5 SERVIÇOS BASICOS

5.1 Lixo da Eisal aflige cidadão

Folha8...03-09-05

O bairro 28 de Agosto, localizado nos arredores do Golfe 2, município do Kilamba Kiaxi, foi transformado nos últimos tempos, pela Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (Eisal), como sendo a principal zona de depósito de lixo da capital Facto que tem levantado sérias inquietações no seio dos seus moradores.

Esta situação, tem obrigado a que centena de moradores do bairro 28 de Agosto coabitem com o lixo em péssimas condições ambientais, em virtude de ser uma área convertida em autêntica lixeira, exalando um cheiro nauseabundo e horripilante, disse António Santos, morador do referido bairro.

O quotidiano naquela zona é tido pelos moradores como funesto e desolador, por ser uma área que normalmente fica 24 horas coberta de fumo, resultante das constantes fogueiras feitas propositadamente, por certos indivíduos ligados às empresas que ali depositam o lixo, no sentido de diminuir as quantidades exageradas de despojos, afirmou o interlocutor, adiantando depois que tal prática não passa de mais um incómodo. O fumo naquela vereação também tem sido provocado pelo lixo da Eaisal, "geralmente os camiões chegam aqui carregados de despojos em chamas, quando despejados a lixeira transforma-se em grande fogueira, muitos têm de abandonar as residências por causa do fogo".

Do lixo, os moradores não esperam apenas o cheiro nauseabundo, o fumo e vermes ou bichos daí resultantes, mas também confrontam-se com outras surpresas, muita delas assustadoras, "em todas as semanas encontramos cadáveres humanos na lixeira" conta um dos moradores para de seguida lembrar um episódio triste, vivido muito recentemente na referida zona. Numa dessas noites uma granada explosiva deflagrou enquanto ardia o lixo, mas "felizmente não

matou e nem feriu ninguém, porque os indivíduos que pululam na lixeira já se tinha ido embora", recorda. Assim sendo, a acção da Elisal no 28 de Agosto, na óptica dos seus moradores, constitui um atentado à saúde pública e ao ambiente da capital, "visto que tem limpado uma parte de Luanda e suja outra, e a imundice espalha-se de novo por toda cidade sem excepção, isso também deixa transparecer que, esta empresa não tem feito nada em prol do bem estar dos luandenses".

A vida nesta parte de Luanda é mesmo difícil e complexa, é mais tenebrosa no período que vais das 16 horas e 30 minutos, às 8 horas da manhã. Nesses períodos o bairro muda completamente de cenário o céu fica coberto de fumo e poeira causada pelos camiões carregados de lixo, muitos preferem ficar dentro das suas residências com as portas e janelas hermeticamente fechadas, "para fugirem do perigo, mas acaba por resultar em nada", afirmou Antón Participam no evento, representantes de diversas instituições públicas e das organizações filantrópicas que operam nas províncias do Zaire e Uíje io Santos, adiantando depois, que "o pior tem sido os mosquitos e moscas. Por mais insecticidas que usemos não conseguimos combater os vermes nocivos à saúde". As operações da Empresa Limpeza e Saneamento de Luanda, naquela parcela do município do Kilamba Kiaxi, é qualificada pelos moradores como sendo uma acção que visa a expulsá-los compulsivamente ou até mesmo exterminá-los, dado ao facto de terem habitado a zona nos primeiros meses de 2000, numa altura que não se antevia a sua transformação em depósito de Lixo.

Antes da sua transformação em lixeira, o bairro 28 de Agosto, foi escavado por empresas de construção, que aproveitaram a terra para nivelar o terreno onde está hoje edificado o actual projecto Nova Vida. Com as escavações feitas, o bairro ficou esburacado, foi então que surgiu a Elisal a depositar lixo sem dar qualquer esclarecimento aos populares. (...)

Uns chegam ainda a pensar que é um truque de mestre para ocuparem o espaço e alargar o projecto Nova Vida, porque quanto mais lixo vão metendo, "menos esperança de viver no 28 de Agosto vamos tendo".

5.2 Implicações do lixo

Folha8...03-09-05

A par do problema do lixo, o bairro 28 de Agosto confronta-se ainda com a imagem de uma zona sinistra.

Com a sua transformação em lixeira, tornou-se também num albergue de indivíduos que procuram o lixo para a

sua subsistência social, estes são normalmente indivíduos consumidores de estupefacientes e outras substâncias proibidas, segundo relatos dos moradores. "Por causa dos indivíduos que correm atrás dos carros da Elisal para apanhar lixo a zona tem sido má vista, os visitantes pensam que todos vivem do lixo e são bandidos, até fogem ou evitam o contacto connosco", contam.

Apesar das implicações sociais, segundo o ambientalista Edson da Costa, os residentes do bairro 28 de Agosto, vivem em condições sub-humanas, visto que as populações que coabitam com lixo atravessam sérios perigos não só de ordem ambiental, mas também de ordem sanitária, "no lixo abundam milhares de vermes e bichos, causadoras de doença, tais, como a cólera, insuficiências respiratórias, paludismo, assim como a tuberculose". (...)

Não obstante do Golfe 2 ter sido escolhido exclusivamente para o aterro de lixo, a Elisal deveria ponderar este pormenor atendendo ao crescimento populacional naquela zona, para ser honesto não se pode chamar aquilo de aterro porque não obedece aos padrões normais, disse o ambientalista. A qualidade de vida está estreitamente ligada com a qualidade do ambiente, desta forma a Elisal e o Governo devem estabelecer políticas urgentes para dar um melhor tratamento ao lixo e a rede sanitária de Luanda, porque deitando ou depositando os despojos ao ar livre seria o mesmo que sujar a cidade, disse Edson da Costa. E a rematar disse, "Para finalizar, apelo às autoridades para que construam um aterro sanitário com a capacidade de tratar o lixo, e deixar em paz os moradores do Golfe 2, visto que não podem pagar com a vida os fracassos dos nossos dirigentes".

Ainda em volta da problemática do lixo no bairro 28 de Agosto, contactamos também a direcção geral da Empresa de Limpeza de Luanda (Elisal), com intuito de sabermos qual o tratamento a dar ao local em função do novo projecto de limpeza da cidade capital, mas o seu director, Antas Miguel, escusou-se a dar quaisquer pormenores, "seria prematuro adiantar algo sobre o zona a que te referes, só faremos numa conferência de imprensa que realizaremos brevemente, podes preparar o questionário, terás a possibilidade questionar tudo que pretenderás saber".

5.3 Benguela: Reabilitação da estrada até Lobito envolve USD 24,2 milhões

ANGOP...01-09-05

Cerca de 19,8 milhões de Euros (24,2 milhões de

dólares) é o montante a ser empregue na reabilitação da estrada Benguela/Lobito, numa extensão de 26 quilómetros, uma acção inserida no quadro do programa de reabilitação de infra-estruturas rodoviárias em curso no país.

O lançamento oficial das obras, adjudicadas pelo Instituto Nacional de Estradas de Angola (INEA) à construtora portuguesa Mota Engil, com a fiscalização do consórcio de empresas Africon Gaben-bks, foi feito quarta-feira em Benguela, numa cerimónia presenciada pelo Vice-Ministro das Obras Públicas, Armindo Kupingo.

6 PAZ E CIDADANIA

6.1 Angolana anuncia oficialmente a sua Candidatura ao Prémio Nobel da Paz

Angop... 26-09-05

A cidadã angolana Eunice Inácio (na foto), apresentou esta tarde no Centro de Imprensa Aníbal de Meio, em Luanda, a sua candidatura ao prémio Nobel da Paz 2005. Segundo Eunice Inácio, a sua indicação ao galardão é uma demonstração clara de que o processo de paz e reconciliação nacional, em curso no país, tem o reconhecimento e aceitação a nível internacional.

"Sempre procuramos dignificar o nosso país. É um sinal que o processo de paz e reconciliação é reconhecido", explicou, acrescentando que desde 1992 que sentiu uma imensa vontade em envolver-se em tarefas que tendem a valorização do homem e a pacificação dos países.

Eunice reiterou que sempre lhe custou ver situações tais como as de mulheres a serem desvirtuadas ou discriminadas, crianças a sofrer e deficientes desamparados pelas ruas. Por este facto, argumentou que nos diálogos com instituições nacionais ou estrangeiras, ela manifesta sempre essa preocupação e deixa patente mensagens de paz e de reconciliação, bem como a necessidade de criação de melhores condições de vida para os que se encontram a padecer. Assegurou que vai continuar a desenvolver acções que levem os angolanos a conhecer e valorizar a paz. "A segurança vai além de um cessar-fogo, depois de um conflito", Neste sentido, apelou para a necessidade de se apostar nas mulheres e nos jovens no processo de reconstrução e desenvolvimento do país, porque todos são chamados a dar o seu contributo. Recorde-se que Eunice Inácio

foi escolhida pelo Comité do Prémio Nobel da Paz, baseado na Suécia, num universo de 1000 mulheres de cerca de 150 países, pelo seu contributo para o processo de estabilidade em vários países. A cidadã angolana é conhecida pela sua dedicação e liderança no processo de construção da paz, em Angola, apoiando com o seu labor as organizações filantrópicas e igrejas no fomento da reconciliação nacional. Agente social desde 1976 e licenciada em Resolução de Conflitos e Estudos sobre Paz, Eunice Inácio tem estado a formar organizações não-governamentais, líderes de várias confissões religiosas e respectivos membros, bem como conseguir consensos, a elevação da cidadania e os direitos humanos. Os laureados, a cada ano, com o Prémio Nobel, devem este feito ao inventor e filantropo Alfred Nobel. Nasceu em 1833, em Estocolmo, Suécia, filho de um casal de engenheiros.

Assistiram a cerimónia, o Reverendo José Abias, Secretário-geral da Aliança Evangélica de Angola(AEA), o Bispo Auxiliar da Arquidiocese de Luanda, D. Anastácio Kahango, na qualidade de representante da Conferência Católica Episcopal de Angola e São Tomé(CEAST), o Reverendo Luís Ngumbí do Conselho das Igrejas Cristãs de Angola bem como o Presidente da UNITA Isaiás Samakuva.



6.2 Depois da Keniana Wangari Maathai, a angolana Eunice Inácio pode ser a próxima galardoada com o Nobel da Paz

Development Workshop... 24-09-05

Eunice Inácio da Development Workshop foi seleccionada para fazer parte do grupo de 1000 Mulheres do projecto do Prémio Nobel da Paz 2005 e foi escolhida de entre mais de 2000 candidatas de mais de 150 países.

A coragem e liderança de Eunice, no difícil processo de construção da paz em Angola impressionou o painel e

deu-lhe um merecido lugar no topo da lista e uma nomeação individual para o cobiçado prémio. Humilde e modesta como sempre, Eunice nunca imaginou que o seu nome fosse apontado e mais surpreendida ficou ao saber que a equipa internacional a tinha escolhido para integrar a candidatura oficial, apresentada ao Comité do Prémio Nobel, no princípio deste ano, em Oslo. "Estou muito orgulhosa. Realmente, nunca imaginei que me seleccionassem," disse ela. Eunice tem trabalhado, nos últimos cinco anos para o Programa de Construção de Paz (PCP) da DW, ajudando o movimento angolano para a paz a crescer, unindo as suas facções separadas e fomentando a colaboração entre as igrejas Católica, Protestante e Evangélica e ONGs seculares.

"Trabalhar para a paz não é fácil. É um assunto muito sensível, particularmente no nosso país onde os partidos não são abertos e a sociedade civil teme abordar assuntos que pressionem o governo a mudanças," disse.

"Mesmo as organizações que dizem trabalhar em conjunto, na prática, nem sempre estão nisso interessadas. Esse é o meu maior desafio - tentar envolver todas as organizações na promoção de actividades e persuadi-las da necessidade de trabalhar num ambiente ecuménico," acrescentou Eunice. A determinação, o esforço e as qualidades naturais de liderança de Eunice ajudaram a criar alianças entre as várias igrejas e alimentaram um forte movimento para a paz, dentro da sociedade civil emergente de Angola. As instituições que beneficiam do seu trabalho, incluem as principais igrejas, sob liderança do COIEPA (Comité Inter Eclesial para a Paz em Angola). Supervisionou, pessoalmente, o treino de mais de 600 Promotores da Paz, actualmente, trabalhando em 14 províncias de Angola, ajudando na assistência a cerca de 120 comunidades e a dezenas de milhar de pessoas, em municípios afectados pela guerra.

"Eunice Inácio é uma corajosa e inovadora líder e uma construtora da paz," diz o Director da DW, Allan Cain. E acrescenta: "ela usou os seus anos de experiência e a sua autoridade pessoal para servir de mediadora e conseguir consenso num ambiente difícil, dominado por patriarcas religiosos, políticos e militares." Eunice acredita que os seus estudos - está a preparar um Mestrado em Resolução de Conflitos e Estudos para a Paz na Universidade de KwaZulu-Natal na África do Sul - assim como os acontecimentos da sua própria vida, habilitaram-na com essa capacidade para unir. "Eu trago a experiência para a mesa - a minha própria experiência, pesquisas e descobertas, experiências de outras pessoas e também o facto de ser imparcial e o facto de ser mulher faz com que as pessoas me ouçam,"

diz ela. Ouvindo a sua história pessoal ninguém pode deixar de ficar impressionado pela sua coragem e resolução. Trabalhando na sua cidade natal do Huambo, antes, durante e depois do terrível cerco de dois meses, em 1993, que destruiu a cidade e ceifou dezenas de milhar de vidas, ela testemunhou todos os horrores da guerra, foi acusada de ser espião

"Foi uma época muito, muito difícil. Sofri muito no Huambo," diz Eunice. Ela perdeu o marido durante o conflito mas continuou a trabalhar para o bem-estar e protecção de todas as crianças de Angola, cuidando, ao mesmo tempo, dos seus quatro filhos. Eunice espera que esta nomeação venha a aumentar, ainda mais, a sua esfera de influência, salientando o importante papel da mulher na reconstrução e transformação de Angola. A força que a ajudou a atravessar os negros dias do Huambo continua muito presente nela: "somos como partes do corpo humano, onde cada parte é vital para a sobrevivência da outra.

Se os olhos não vêem, as pernas não funcionam tão bem. Se as mãos se recusarem a pegar na comida, o corpo adoecerá," diz ela "Precisamos de nos respeitar uns aos outros. Sozinhos, nenhum homem pode mudar o mundo."

Foto: Keniana Wangari Maathai



6.3 Candidata ao Nobel quer dignificar o país

Jornal de angola... 27-09-05

Development Workshop anunciou ontem a candidatura de Eunice Inácio a prémio Nobel da Paz 2005, num universo de 1000 mulheres e 150 países seleccionados. O anúncio foi feito durante uma concorrida conferência de imprensa, em que marcaram também presença a comunidade ecuménica e líderes de diferentes partidos pelo carácter inédito do facto.

De acordo com o director DW Allan Cain, Eunice Inácio tem trabalhado nestes anos para o Programa de Construção de Paz (PCP) da DW, ajudando o movimento angolano para a paz a crescer, unindo as

suas facções separadas e fomentando a colaboração entre as igrejas Católica, Protestante e Evangélica bem como ONG. Escolhida entre mais de 1000 candidatas em representação de mais de 150 países, Eunice Inácio entende que o prémio é mais do que uma representação para o país, uma vez que tem levado o nome de Angola em conferências internacionais. “É uma oportunidade para Angola passar a ser visto com mais seriedade, sobre o processo de paz que está a ser reconhecido internacionalmente”, afirmou.

Contou que há cinco anos sentiu a necessidade de também envolver-se na paz, o sofrimento levou-lhe muitas vezes a posições que ela pudesse influenciar ao assumir a sociedade com as agências facilitadoras como a (DW) procurando trazer sempre o diálogo para transmitir a mensagem da paz, concórdia e entendimento. A candidata angolana ainda sente que há muitos desafios, visto que gostaria ver a mulher educada, à altura de contribuir na consolidação da paz, como agente de mudança capaz de assumir o futuro num mundo desprovido de violência. Para ela todos angolanos devem ser mensageiros da paz, porque Angola já alcançou uma dimensão que é o prémio Nobel da Paz. O reverendo Luís Guimbi disse, por seu turno, que pela primeira vez os cristãos estão unidos em apoio a Eunice Inácio. “Nós cristãos vamos bater o pé, para que a sua eleição se torne numa realidade

Por Dentro

Nascida a 31 de Outubro de 1945 na província do Bié, Eunice Inácio é filha de um pastor evangélico, fez os seus estudos primários no município do Andulo (Chilesso), para depois fazer o segundo ano no Liceu Nortom de Matos. Licenciou-se em Linguística na província da Huíla. Neste momento está a preparar um mestrado em resolução de conflitos e estudos para a paz na Universidade de Kwazulu-Natal na África do Sul. Das instituições que beneficiam do trabalho de Eunice Inácio, incluem-se as principais igrejas, sob liderança da Comité Inter Eclesial para a Paz em Angola (COIEPA). Supervisionou pessoalmente o treino de mais de 600 promotores da paz, e actualmente trabalha em 14 províncias de Angola, ajudando na assistência a cerca de 120 comunidades e a várias pessoas em municípios outrora afectados pela guerra. É promotora de uma organização de Jovens Embaixadores da Construção da Paz e Cidadania (JECPC).

Eunice Inácio é uma corajosa e inovadora líder e uma construtora da paz, utilizando os seus anos de experiência e a sua autoridade pessoal para servir de mediadora e conseguir consenso num ambiente difícil denominado por patriarcas religiosos, políticos e

militares

6.4 Ex-FAPLA acusam Fundo de Pensões de beneficiar militares da UNITA

Independente...10-09-05

Elementos das extintas Fapla, exército do MPLA, estão descontentes com a actual comissão do Fundo de Pensões dos ex- militares, acusando-os de beneficiarem os elementos do antigo exército rebelde da Unita, as Fala, com quem guerrearam, em defesa das instituições do Estado, durante cerca de três décadas.

Alguns dos ex-homens do gatilho, afirmaram ao O INDEPENDENTE que tal facto prende-se com a pré campanha eleitoral, que segundo eles, o partido maioritário está a levar a cabo, visando a angariação de votos para o pleito eleitoral do próximo ano. Os ex-militares das Fapla afirmam que em função de tal situação, e devido a falta de emprego que se verifica um pouco por todo o país, são obrigados a trabalharem como subordinados em empresas dos antigos adversários de armas, abertas com o dinheiro proveniente de tal fundo. Aí, para além de auferirem salários baixos, são submetidos a diversas sevícias.

O INDEPENDENTE sabe que de forma a acabar-se ou pelo menos diminuir-se a corrupção que graça no seu seio, a comissão do Fundo de Pensões foi transferida para o quartel da Guarnição Militar de Luanda. Desde aí, de acordo a fome, regista-se maior celeridade no atendimento dos processos, mas alguns elementos começaram já a dar mostras de descontentamento com o atendimento na Direcção de Pessoal do Estado Maior das FAA, pelo facto de as certidões para a promoção de patenteamento e afins, demorar quase que uma eternidade. O processo de licenciamento dos ex-militares das Fapla começou na década de 90, tendo a responsabilidade, na altura sido atribuída ao então secretário do MPLA para a política de Quadros, Julião Mateus Paulo "Dino Matross". Na altura, a sede nacional do MPLA viveu momentos de turbulência por diversas vezes, com concentrações de ex-Fapla enfurecidos a exigirem o que lhes é (ra) devido. (...)

Os ex-militares do Elna, exercito da FNLA também estão descontentes com a situação, e porque a sua direcção não intervém junto das entidades de direito, poderão desencadear nos próximos dias, manifestações de rua. O Fundo de Pensões existe para assistir os ex-guerrilheiros, combatentes e elementos da clandestinidade, afectos ao MPLA, FNLA e UNITA, que se debateram contra o regime colonial português.



6.5 CPLP uniformiza registo de nascimento

Angop... 16-09-05

Os países membros da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP) estão reunidos, desde ontem, em conferência, em Luanda, para traçar políticas relativas ao registo de nascimento de crianças.

Os participantes à conferência internacional estão a analisar questões atinentes à legislação e políticas de registo de nascimento, estratégias e práticas para o registo universal de crianças e as práticas e metodologias do registo, na perspectiva do direito comparado. Na abertura do encontro, o ministro da Justiça, Manuel Aragão, destacou a importância da actividade para a reflexão e o traçar de políticas e estratégias, tendentes a se encontrarem soluções para assegurar o acesso das crianças ao registo de nascimento. Os países membros da CPLP estão a rever os progressos e constrangimentos alcançados no domínio da reforma legislativa para o registo de nascimento, e a avaliar as estratégias para o fortalecimento de parcerias e trabalho com organizações da sociedade civil. Para o representante do Unicef em Angola, Mário Ferrari, a rede de prestação de serviços de registo de nascimento, como muitos outros serviços públicos no país, é ainda bastante fraca e ainda não atingiu a dinâmica necessária para tornar o registo mais rápido, eficiente e acessível a toda população, particularmente às crianças. Mário Ferrari considerou que a introdução de mecanismos e dispositivos legais inovadores no país garantiu flexibilidade e maior abrangência ao processo de registo, e a abertura a novas parcerias levou a uma maior proximidade entre os serviços de registo e o cidadão.

«Um sistema funcional de registo de nascimentos assegura que o país tenha uma base de dados credível, tanto para o planeamento a nível nacional como para os órgãos locais do Governo, que têm a obrigação de manter a educação, a saúde e outros serviços sociais para a comunidade», afirmou. Hoje, dia do termo da conferência, será realizada uma sessão didáctico-pedagógica sobre a Lei da nacionalidade, dirigida aos

conservadores nacionais. Está agendada também uma visita à 2ª Conservatória do Registo Civil e Brigada de Registo de Adultos.

Estimativas do Unicef indicam que anualmente, em todo o mundo, 48 milhões de crianças ficam sem o registo oficial dos seus nascimentos. Na África subsahariana, calcula-se que 55 por cento de todos os nascimentos não são registados.

6.6 Corporação prossegue desarmamento civil no Huambo

Jornal de Angola... 29-09-05

Sete armas de fogo, onze carregadores AKM, 29 projecteis de morteiro de 60 milímetros foram apreendidas na cidade do Huambo, pela Polícia Nacional, em posse ilegal.

De acordo com o portavoz do comando da Polícia Nacional, inspector Rafael dos Anjos, as armas foram recolhidas nos últimos sete dias nos municípios do Huambo, Caála e Longonjo, no quadro do programa de desarmamento da população civil. Durante as buscas, os especialistas do Comando da Polícia Nacional apreenderam ainda outros cinco projecteis de morteiro 82, dos quais um de RPG-7, dois morteiros de 82 milímetros e 42 munições de modelo 43. No mesmo período foram ainda detidos 25 cidadãos, acusados no envolvimento de 19 crimes contra pessoa, propriedade, ordem e tranquilidade pública. Os delitos foram caracterizados, em ofensas corporais simples, roubo, uso e posse de estupefaciente vulgo "liamba", burla, fogo posto introdução em casa alheia e danos materiais. Os casos ocorreram nos municípios do Huambo, com sete ocorrências, seguido do Bailundo, Longonjo com três cada, Caála, Ukuma com dois, Ekunha, Tchicala-Tchologanga, com um caso cada. Foram de igual modo registados 12 casos de acidentes de viação, nos municípios do Huambo e Caála, que causaram o ferimento de 12 cidadãos e danos materiais avaliados em 34 mil e 50 kwanzas.

O excesso de velocidade, a falta de precaução, ultrapassagem irregular e a não cedência de prioridade de passagem, continuam a estar na base de acidentes de viação, nesta região do Planalto Central de Angola. A Polícia registou ainda outras quatro ocorrências nos municípios do Huambo e Longonjo, caracterizadas por intoxicação etílica, incêndio e morte súbita

6.7 Técnicos do MINARS e ACNUR preparam programa no Zaire

Vinte e cinco técnicos do Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS) e do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) das províncias do Zaire e Uíje, participam, desde ontem, em Mbanza-Congo, num seminário de preparação do programa operacional para 2006 que é feito em prol das populações retornadas destas regiões.

Pretende-se com o evento, que tem duração de três dias, identificar as principais áreas de intervenção por sectores, assim como promover um programa de reintegração sustentável em zonas de maior concentração de repatriados e deslocados internos. O encontro, que está a ser orientado pelo chefe do sub-secretário do ACNUR em Mbanza-Congo, Tshaye Jacob, vai abordar, entre outros temas, as directrizes para a elaboração de um plano de acção municipal e resultado dos perfis municipais nos sectores sociais e económicos. Convidado a intervir na abertura dos trabalhos, o vice-governador do Zaire, Monteiro García, afirmou que o evento enquadra-se no esforço do Governo angolano, em parceria com o ACNUR, visando a criação de condições condignas para as populações.

Participam no evento, representantes de diversas instituições públicas e das organizações filantrópicas que operam nas províncias do Zaire e Uíje.

7 CARTOON



2 MERCADO INFORMAL E MICROFINANÇAS

2.1 Título do Artigo (não em letras maiúsculas)

Nom do fonte...Data do artigo (em format dd-mm-aa)

Texto do artigo. Texto do artigo. Texto do artigo.
Texto do artigo. Texto do artigo. Texto do artigo.

2.2 Título do Artigo (não em letras maiúsculas)

Nom do fonte...Data do artigo (em format dd-mm-aa)

Texto do artigo. Texto do artigo. Texto do artigo.

3 GOVERNAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO

3.1 Título do Artigo (não em letras maiúsculas)

Nom do fonte...Data do artigo (em format dd-mm-aa)

Texto do artigo. Texto do artigo. Texto do artigo.

4 ELEIÇÕES E EDUCAÇÃO CÍVICA

4.1 Título do Artigo (não em letras maiúsculas)

Nom do fonte...Data do artigo (em format dd-mm-aa)

Texto do artigo. Texto do artigo. Texto do artigo.

5 EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E CRIANÇA

5.1 Título do Artigo (não em letras maiúsculas)

Nom do fonte...Data do artigo (em format dd-mm-aa)

Texto do artigo. Texto do artigo. Texto do artigo.

6 TERRA, HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO

6.1 Título do Artigo (não em letras maiúsculas)

Nom do fonte...Data do artigo (em format dd-mm-aa)

Texto do artigo. Texto do artigo. Texto do artigo.

7 SERVIÇOS BÁSICOS

7.1 Título do Artigo (não em letras maiúsculas)

Nom do fonte...Data do artigo (em format dd-mm-aa)

Texto do artigo. Texto do artigo. Texto do artigo.

8 PAZ E RECONCILIAÇÃO

8.1 Título do Artigo (não em letras maiúsculas)

Nom do fonte...Data do artigo (em format dd-mm-aa)

Texto do artigo. Texto do artigo. Texto do artigo.